



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 02 /21

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 17 DE ABRIL
DE 2021**

Aos dezassete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, nesta vila de Alcochete e Fórum Cultural de Alcochete, pelas 15:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelipes Rei, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ana Lúcia Felgueira Maduro e Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Miriam Pires Boieiro, Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Susana Isabel Marques Pereira Maia e Maria de Fátima Lima Vieira.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves e Alexandra Isabel da Silva Brás.

Pelo Partido Popular Democrático/ Partido Social Democrata:

- Francisco Maria Viseu Gomes da Silva.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, Pedro Jorge Marcelino Ferreira, presidente da junta de freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

- Rodolfo Soares Marques Pereira, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Luís Cesário. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Álvaro Jacinto Costa, por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituído por Rui Manuel da Graça Santa. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Henrique de Meneses Infante da Câmara, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Ana Margarida Velinho. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Olívia Maria Nobre Mateus da Silva, por motivo pessoal, tendo sido substituída por Dulce Valentim. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Bruno José Pereira Soares, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituída por Diogo da Silva Mourão. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Ricardo Alexandre Gomes Loureiro, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Mafalda Catalão. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Ana Mafalda Boieiro Marques, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por David Tavares. (Documento anexo à Minuta da Ata)
- Luiz Batista, por motivo de saúde, tendo sido substituído por José Martins. (Documento anexo à Minuta da Ata)
- Andreia Silva e Sousa, por se encontrar ausente do concelho. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, a vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Vasco André Marques Pinto, Jorge Manuel Pereira Giro e Estêvão António das Neves Boieiro e Pedro Miguel Abreu Louro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O presidente da assembleia informou que o ponto 6 da Ordem do Dia foi retirado, em virtude de a sua apreciação não ser da competência da assembleia municipal.

O senhor presidente da assembleia solicitou a inclusão de dois pontos na Ordem do Dia:

- “Empreitada de construção de Ciclovia e Requalificação da avenida 5 de outubro e Canto do Pinheiro (Troço do Percurso 1 da rede Ciclável – Proc.º I-29/20/CP: Autorização prévia de compromissos plurianuais”

Submetido à discussão e votação, foi aprovada a sua inclusão, ficando como ponto 6 da Ordem do Dia.

- “Adesão do Município de Alcochete à Associação Portuguesa de Municípios com atividade tauromáquica”

Submetido à discussão e votação, foi aprovada a sua inclusão, ficando como ponto 7 da Ordem do Dia.

- Ata da sessão ordinária de 27 de junho de 2020

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

Ao abrigo da alínea e) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal usaram da palavra os seguintes membros:

- *Ana Lúcia Maduro:*

Solicitou um ponto de situação relativamente à situação epidemiológica no concelho e questionou como está a decorrer a vacinação no concelho?

- Presidente da câmara:

Informou que até à presente data se regista uma descida significativa face à última sessão realizada em fevereiro e o número de acumulados é de 1358, há dois casos ativos, 1334 casos recuperados e registam-se 22 óbitos (desde o início da pandemia).

A vacinação decorre no pavilhão municipal do Samouco e já foram administradas 4050 vacinas, sendo que deste número 3291 correspondem à 1.ª inoculação e 759 à segunda.

Informou também que no passado dia 12 de abril, iniciou-se a testagem aos colaboradores do município, a qual irá decorrer em 3 fases e em cada uma serão testados cerca de 150 colaboradores. Na 1.ª fase todos testaram negativo.

Na presente data está a decorrer a 2.ª fase da vacinação para docentes e não docentes dos 2.º e 3.º ciclos e durante o período da manhã no largo de S. João, decorreu uma ação conjunta entre a Saúde Local e a Cruz Vermelha com o apoio do município de testagem à população, tendo sido testadas 60 pessoas e todos com resultado negativo.

Em relação ao transporte de utentes para a vacinação e através do protocolo celebrado com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete, já foram transportados 167 utentes.

- Alexandre Gonçalves:

Questionou qual foi o critério utilizado para a indicação dos funcionários a vacinar e de que forma é feito o controlo das normas que foram impostas pela DGS.

- Presidente da câmara:

Esclareceu que a testagem dos 450 funcionários será feita em 3 fases distintas e a primeira fase ocorreu no dia 12 de abril. Os funcionários da Educação já foram testados por via de uma outra intervenção.

O critério escolhido foi o da ordem alfabética (que reuniu o consenso de todas as entidades envolvidas neste processo).

Em relação à estratégia delineada para o combate à pandemia, afirmou que a mesma está definida desde o início de março de 2020 atualizada com as informações que vão saindo (semanalmente) em sede do Serviço Municipal de Proteção Civil com carácter distrital e envolve um conjunto de entidades como é o caso da Saúde, das forças de autoridade, os municípios e cada um tem as suas funções atribuídas.

- Alexandre Gonçalves:

Questionou porque foi utilizado o critério da ordem alfabética e não em função das funções que os funcionários desempenham, cujo grau de risco e de exposição varia em função do trabalho? Com esta medida, entende que foram colocados ao mesmo nível os

trabalhadores que poderão estar em teletrabalho e outros, com um nível de exposição maior.

- Presidente da câmara:

Referiu que é necessário olhar para esta questão de forma macro e recordou que a câmara esteve sempre disponível, sem olhar a meios (financeiros ou humanos e outros) e articulada com quem de direito que reúna conhecimentos superiores aos nossos (serviços de Saúde e em particular a local) e com a qual estabeleceram uma relação muito profícua.

- Miriam Boieiro:

Afirmou que a bancada da CDU concorda com a atribuição do suplemento de pensidade dado ser uma antiga reivindicação desta bancada e do partido que a representa.

Recordou que há mais de um ano, pelos vereadores da CDU, foi apresentada uma moção a pugnar pela atribuição deste suplemento.

Da documentação enviada que acompanhava a proposta, salientou 3 pareceres (do Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho, do SINTAP e do STAL). No total o executivo decidiu abranger um total de 65 funcionários, mas não pode deixar de concordar com o parecer do STAL que faz uma leitura muito mais abrangente relativamente aos setores que deveriam estar abrangidos, não percebendo por que motivo a câmara se cingiu a 65 funcionários.

- Presidente da câmara:

Começou por retificar a intervenção da anterior deputada, dizendo que o SINTAP e o STAL não deram pareceres e o único que existe é do Setor atrás indicado. Os sindicatos apenas foram ouvidos em audiência prévia.

Em relação a esta matéria, existe uma confusão generalizada e a câmara já deu esta indicação ao STAL e continua até à data, à espera, que o mesmo apresente um parecer jurídico que diga que a câmara poderá ir mais além daquilo que a Lei define.

Considerou que a decisão do Governo foi bem tomada, contudo do ponto de vista administrativo trouxe algumas complicações, porque a medida foi tomada em janeiro quando os orçamentos já estavam aprovados para o ano de 2021, obrigando a fazer alterações. Os municípios encontram-se a desenvolver ações para a implementação deste suplemento e nem todos já o fizeram.

O suplemento será atribuído a todos os funcionários que a legislação prevê tendo em conta o parecer da DGAL e o do Dr. Pedro Rodrigues (assessor jurídico) que tem o mesmo entendimento da DGAL, que concluem que do ponto de vista legal não existe forma de atribuir o suplemento a outros setores a não ser àqueles definidos na legislação. Porém, caso a deputada tenha um entendimento diferente, agradece que lho faça chegar.

Ao abrigo da alínea f) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia, usaram da palavra os seguintes membros:

- Miriam Boieiro, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção, sobre “47.º Aniversário da Revolução de Abril e do 1.º de Maio”

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- José Martins, em nome do PSD, apresentou uma proposta de moção sobre “Centro de Depuração no concelho de Alcochete”.

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da assembleia:

Na sua opinião o problema não é a construção da depuradora, mas, sim, os comportamentos inadmissíveis que se observam na via pública.

- Diogo Mourão:

Reforçou que o problema não começou em 2018 quando o PSD apresentou a primeira moção. O problema vem desde o ano de 2010 ou até antes, e na altura era pouco expressivo, porém não se tratou logo do assunto pela raiz. O problema foi-se arrastando e tomou as proporções que todos conhecem e que cada vez mais se vão degradando. Se a depuradora fosse construída em Alcochete provavelmente iria piorar a situação, porque certamente, por uma questão de proximidade arrastará, mais mariscadores com todos os problemas que pode acarretar e por isso informou que votará contra a proposta.

- Alexandre Gonçalves:

Entende que o problema levantado na moção é bem real e já acompanha a todos há vários anos e este tem várias ramificações quer ao nível da segurança, quer ao nível ambiental, social, fiscal e financeiro. Não será a construção de uma depuradora (só será parte da solução) e esta já esteve em cima da mesa no início do atual mandato.

A moção tem o seu lado positivo, que é o de lembrar que o problema existe, contudo, é insuficiente.

Mais disse, que a bancada do CDS embora reconheça a importância do assunto, não votará a favor da mesma e iriam abster-se.

- Pedro Ferreira:

Afirmou tratar-se de um tema que lhe diz muito, porque há já muitos anos que na freguesia de Samouco se discute este assunto, sendo que a nível nacional, é nesta freguesia que o problema é maior. Compreende onde a moção do PSD quer chegar, mas isso será o último passo do problema que os Governos PS, PSD e CDS têm protelado.

Tem participado em diversos fóruns e em alguns até com estudos de algumas universidades, para além de ser convidado para fóruns on-line sobre este tema, porém parece-lhe que se anda a empurrar com a barriga um problema que continua a subsistir e que é a legalização e esta deverá ser o primeiro assunto a ser resolvido. Nunca percebeu ao longo dos anos porque não se procede à legalização desta atividade.

Da parte das entidades, estas também deveriam ter um papel ativo dado estarem na superintendência do Estado, o que não tem acontecido.

O Governo fez “show off” com a depuradora no Barreiro e está farto de “show off” do Governo.

Mais disse, que se absterá na votação da proposta.

- José Martins:

Chamou a atenção para o facto de a legislação já existir. Os rios têm legislação, a pesca também e, portanto, cumpre-se ou não. A Faculdade de Lisboa através do projeto “Mar” disponibilizou um site onde indica uma série de portarias que regem a matéria.

Reconhece que a moção poderia ter ido mais além, mas está indicado que ao propor o terreno também podiam identificar os custos dentro dos mesmos moldes que foi para o Barreiro pelo IPMA.

Trata-se de um problema de segurança: legalizar sim, mas depois vão entregar o produto aonde?

- Presidente da assembleia:

Salientou que a construção de uma depuradora não acaba com os assaltos nem com os mariscadores em cima da ponte, para além de não ser da competência da câmara. Onde descarregar o produto é um problema mais vasto que Alcochete. Aqui o problema são os comportamentos e é disso que as pessoas se queixam. Muito provavelmente, a construção da depuradora iria agravar a situação.

Em relação ao que o deputado Pedro Ferreira afirmou, não concorda, quando afirma que o problema é a falta de legalização, porque as Leis existem, falta é coragem para a aplicar e isso é uma situação que o incomoda.

- Diogo Mourão:

Deu o exemplo de Aveiro e da Ria Formosa no Algarve, onde o IPMA estabelece que determinada zona não é própria para a apanha de bivalves e ninguém vai apanhar, mas no estuário do Tejo, na zona de Alcochete tanto faz estar interdito ou não, porque os mariscadores vão todos os dias para o rio.

- José Martins:

Questionou onde está a fiscalização? Os mariscadores devem ser olhados muito para além disso, porque não são só os que precisam disto para o seu sustento, dado que se observa que muitos estacionam nos parques grandes automóveis, de matrícula

estrangeira e por isso se calhar até se pode estar a alimentar e a fechar os olhos a um crime e a câmara não pode travar isto? Não pode ser mais insistente junto das autoridades?

- Diogo Mourão:

Salientou que por vezes o mercado negro é mais rentável para as pessoas e não é possível ao mesmo tempo fiscalizar todas as entradas do rio, dada a sua abrangência.

- Pedro Ferreira:

Nesta discussão, acabou por não perceber o que o PSD e o PS pretendem, tanto mais que até lhe parece que afinal a legalização já não é boa. A fiscalização é uma área que o Governo superintende e sobre as quais deve tomar as rédeas.

- Presidente da assembleia:

Frisou que os deputados estão na assembleia para resolver os problemas dos munícipes e, portanto, não percebe como é que ainda não entenderam que a inquietação das pessoas se prende com os comportamentos lamentáveis na via pública por parte dos mariscadores. Todos assistem a transgressões na ponte-cais, ao estacionamento abusivo e aos incómodos que causam ao cidadão comum. Face a isto questiona a necessidade de uma depuradora ou mais legislação para aplicar a lei e fazê-la cumprir para que todos tenham direito a não ser incomodados?

Referiu ainda que após várias reuniões (em algumas também esteve presente o deputado Pedro Ferreira) se chega à conclusão que ninguém faz nada porque não podem fazer.

- Pedro Ferreira:

Na sua opinião, a legislação que o presidente da assembleia refere apenas tem a ver com os comportamentos cívicos na via pública e não com a apanha da ameijoia. Às tantas, disse que “a intervenção do presidente da assembleia municipal cheirou-lhe um bocadinho a xenofobia” e não concorda.

- Presidente da assembleia:

Em resposta, lembrou que se está a comemorar o 25 de Abril e que com a sua intervenção o deputado Pedro Ferreira parecia o lápis vermelho (aliás azul) quando referiu que o presidente era xenófobo. Contudo, a verdade é que nunca falou em nacionalidade ou raça das pessoas e questionou: dizer que uma pessoa não se deve despir na via pública é significado de xenofobia?

Mais disse “não me chame de xenófobo porque é a última coisa que esperei ouvir de si”.

Quanto à utilização da atividade económica, referiu que não lhe dá pouca importância, mas também não é preciso mais legislação. Todos os dias são praticados crimes económicos que a Lei enquadra e que necessitam de fiscalização mais eficaz.

- Pedro Ferreira:

Retorquiu que também não admitia que o presidente tenha dito que ele era o lápis azul. Têm pontos de vista diferentes e é natural que o tenham.

Entende e de acordo com a opinião veiculada em diversos organismos com quem já reuniu, é que é importante legislar especificamente a apanha da ameijoia e tudo o que daqui resulta quer em termos de economia quer em termos financeiros.

- Rui Santa:

Entende que o presidente da assembleia pode opinar, contudo estava a ocupar uma grande parte da sessão com as suas declarações.

- Presidente da assembleia:

Frisou que tal como os deputados foi eleito para representar um grupo de pessoas que nele votaram e que também votaram nos outros deputados. Achou estranho que se pense que pelo facto de se ocupar um lugar se fique sem o direito de representar as pessoas.

Salientou que opinará quando entender e neste caso tratava-se de um tema que diz respeito à sua terra, que considerou grave e importante.

Submetida à votação, a moção foi rejeitada com 7 votos contra do PS, 14 abstenções (9 CDU, 3 CDS-PP e 2 PS) e 3 votos a favor (1 CDU e 2 PSD). (Documento anexo à Minuta da Ata)

Diogo Mourão fez declaração de voto em nome do PS. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Ana Lúcia Maduro, em nome do PS, apresentou um Voto de Saudação pelo “Dia Internacional do Trabalhador”.

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Diogo Mourão, em nome do PS, apresentou um Voto de Louvor “Às coletividades do Concelho”

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Ana Lúcia Maduro, em nome do PS, oralmente, apresentou um voto de congratulação ao executivo pelas iniciativas levadas a cabo no concelho.

De seguida o presidente da assembleia propôs a realização de um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se registaram pedidos de intervenção.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A assembleia tomou conhecimento.

PONTO 2. REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR - “ALCOCHETE EDUCA”

Submetida à discussão registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da câmara:

Realçou que o executivo não esteve apenas debruçado sobre a requalificação do Parque Escolar, mas esteve também sobre os equipamentos e Carta Educativa a par com a Carta Desportiva e por isso e em nome da atividade concelhia e da condição social os municípios devem tomar decisões de forma a permitir a qualidade de vida das populações residentes, mas também, porque cabe aos municípios a prossecução e desenvolvimento dos interesses das mesmas que representam, no que diz respeito à área da Educação e do Ensino.

Orgulha-se de o município a que preside, tenha uma atitude proativa na formação de quadros técnicos superiores nesta área geográfica e acredita que os passos dados irão contribuir para o desenvolvimento social, económico e cultural do concelho.

- Vereadora Fátima Soares:

Com a permissão dos senhores presidente da câmara e assembleia, sucintamente, esclareceu que o programa “Alcochete Educa” não se cinge apenas ao regulamento em apreciação, dado que pretendem que seja uma atividade mais abrangente, dirigida desde o pré-escolar até ao ensino superior. “Alcochete Educa” é um nome, uma marca, que irá abranger vários projetos.

Quanto ao regulamento e apesar de existirem candidaturas ao nível da Tutela, este trata das candidaturas ao ensino superior ao nível do concelho. Trata-se de um apoio que se reveste da maior importância quer para os jovens residentes no concelho quer para as suas famílias, dado que irá reduzir o peso económico e este é um fator que muitas vezes tem um peso enorme no orçamento, ou seja, a continuidade ou não da prossecução dos

estudos dos filhos. O executivo quer desta forma estar ao lado da solução e permitir que os jovens continuem com a progressão dos seus estudos.

O regulamento irá custear, entre outras, as despesas de alojamento, alimentação, transporte, material escolar e propinas e terá três escalões, dando que o valor a pagar e o número de alunos será fixado anualmente pelo executivo.

Submetida à votação a proposta foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 3 – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE ALCOCHETE

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da câmara:

Informou que a proposta foi sujeita a Consulta Pública e dela não resultou nenhum contributo, porém, isso não foi motivo de desânimo para o executivo, que ao longo de três anos e meio tem vindo a desenvolver um trabalho de excelência no que diz respeito ao Centro de Recolha.

Mais disse, que está a decorrer uma candidatura para alargar e melhorar as condições existentes.

- Vereador Vasco Pinto:

Com a permissão dos senhores presidente da câmara e assembleia, reforçou que tem sido feito um trabalho de excelência, contudo, ainda não se chegou ao pretendido em matéria de saúde e do bem estar animal. É um trabalho longo, de continuidade e requer meios financeiros e humanos, mas com o apoio de muitos voluntários das instituições zoófilas do concelho tem sido feito um trabalho sério.

Sucintamente, afirmou que se pretende com esta proposta adaptar o regulamento à legislação em vigor, aproveitando para também atualizar a respetiva unidade orgânica que foi criada após a revisão do Quadro. Existe agora um Gabinete de Autoridade Sanitária Pública que não existia. O antigo canil também não estava legalizado e isso agora acontece com a criação de um centro de recolha oficial. Foram também retiradas algumas cláusulas, nomeadamente um conjunto de contraordenações que não são da competência da câmara.

Para além de estipular o horário de funcionamento do Centro, foi também alargado o período para a possibilidade de recuperação do animal por parte do seu detentor e foram introduzidas as normas de recolha e receção de cadáveres, cujas funções transitam da DISU para o Gabinete de Autoridade Sanitária e Saúde Pública.

Submetida a proposta à votação foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 4 – 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2021

Submetida à discussão, usou da palavra o presidente da câmara, para explicar que a proposta reflete as mobilidades, vacaturas e a ocupação de postos de trabalho entre outras, destacando-se a criação de um lugar de assistente técnico na área de Eletrotécnica e outro de assistente operacional na área da Educação. Em suma, existem 434 lugares ocupados e 73 lugares vagos.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor (PS, PSD e CDS-PP) e 10 abstenções (CDU). (Documento anexo à Minuta da Ata)

Miriam Boeiro fez declaração de voto em nome da CDU. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 5 – 1.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2021: 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI e AMR) de 2021

Submetida à discussão, o presidente da câmara informou que a proposta surge para se poder criar a rubrica e proceder ao pagamento do suplemento de penosidade e insalubridade (medida tomada pelo Governo e com a qual se regozija). A proposta também servirá para criar a rubrica no âmbito da candidatura para valorização dos recursos municipais no concelho de Alcochete, a qual está a ser desenvolvida.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor (PS, PSD e CDS-PP) e 12 abstenções (CDU e PSD). (Documento anexo à Minuta da Ata)

Miriam Boeiro fez declaração de voto em nome da CDU. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 6 – EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA E REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA 5 DE OUTUBRO E CANTO DO PINHEIRO (TROÇO DO PERCURSO 1 DA REDE CICLÁVEL) – Proc.º I-29/20/CP: - Autorização prévia de compromissos plurianuais.

Submetida a proposta à discussão, o presidente da câmara esclareceu que a empreitada foi celebrada em finais de fevereiro e a câmara anuiu à justificação apresentada pela empresa, que precisa de mais algum tempo para apresentar a garantia bancária. Considerando que a obra se estima que tenha o prazo de 12 meses, torna-se necessário proceder á correção dos encargos plurianuais a assumir e, por isso, a proposta identifica

a verba a ser aplicada em 2021 e a necessidade de se estender uma outra parte da verba em 2022.

Submetida à votação foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 7 – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS COM ATIVIDADE TAUROMÁQUICA

Submetida a proposta à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da câmara:

Afirmou que este é um tema que lhes é muito caro. No seguimento do trabalho desenvolvido na Secção de Municípios com Atividade Tauromáquica na ANMP, foi entendido que deveria ser criada uma Associação com regulamento próprio, portuguesa, que envolvesse os municípios com atividade tauromáquica incluindo os Açores. O município de Alcochete esteve sempre na linha da frente não fora o facto de nas suas tradições figurarem dois dos mais valorosos grupos de forcados do país (Forcados do Aposento do Barrete Verde e os Forcados Amadores de Alcochete, ambos com mais de 50 anos de existência.)

Alcochete tem também duas das mais brilhantes bandas do país: Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898 e Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense. Tem também fazendas e herdades onde se faz criação de gado e tem historial na campinagem, não fora o facto de também uma das mais importantes festividades do país (Festas do Barrete Verde e das Salinas) homenagearem as três figuras da história de Alcochete (salineiro, forçado e campino).

Todas as festividades do concelho têm esta vertente tauromáquica. Está inscrito no código identitário, nas tradições mais antigas.

O encargo anual para a câmara será de €1 400,00.

- Ana Lúcia Maduro:

Enalteceu a criação da Associação, porque nos últimos tempos muito se tem falado que a tauromaquia está em crise e que poderá até acabar. A criação da Associação demonstra que os municípios que têm na sua génese esta atividade cultural pretendem mantê-la bem viva. Alcochete deve estar na linha da frente a esta adesão.

- Miriam Boieiro:

Acrescentou informação ao tema, informando que em 2012 foi elevada a tauromaquia a Património Imaterial de Interesse Cultural do Município, pelo que, naturalmente não podiam concordar mais com a apresentação da proposta.

- Francisco Silva:

Saudou esta medida numa altura em que a tauromaquia tem sido constantemente atacada. O PSD – Alcochete é defensor de tudo quanto seja cultura local, nomeadamente a história e riqueza que a tauromaquia representa para o concelho.

- Alexandre Gonçalves:

Enalteceu a coragem e o assumir destas preferências culturais. A tauromaquia não está em crise, está sim em perigo por força de uma série de ataques injustos, fruto de profundo desconhecimento.

Entende também que o valor a pagar pela câmara é quase ridículo tendo em conta o que está em questão.

Submetida à votação a proposta foi aprovado por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

- Presidente da assembleia:

Lembrou que no próximo fim de semana se realizará a Sessão Solene comemorativa do 25 de Abril. No ano anterior a mesma não se realizou devido à pandemia e porque não existiam ainda regras de funcionamento e após auscultação aos líderes de bancada desta assembleia, todos, à exceção da CDU, concordaram que a mesma não se deveria realizar. Porém, este ano a situação é distinta, dado já existirem regras estabelecidas e muito provavelmente a seguir ao 25 de Abril o país sairá do desconfinamento na sua quase totalidade.

Em face disso, solicitou às bancadas que se pronunciassem no plenário, sobre a realização da Sessão Solene a próximo dia 25 de abril, pelas 16:30 horas, no Fórum Cultural de Alcochete, para que todos ouçam e não venha a aparecer nas redes sociais a informação de atitudes diferentes das tomadas na presente sessão.

Em resposta, os deputados Alexandre Gonçalves da bancada do CDS-PP, Francisco Silva da bancada do PSD, Diogo Mourão da bancada do PS, Miriam Boieiro da bancada da CDU concordaram com a realização da Sessão Solene.

A terminar, o presidente da assembleia informou que na presente sessão não esteve presente para apreciação o Relatório e Contas, porque devido à pandemia a Lei foi alterada e as câmaras têm até 31 de maio para aprovar os documentos e as assembleias municipais até 30 de junho.

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 17:30 horas, o presidente da assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente minuta da ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A COORDENADORA TÉCNICA,